

A APLICAÇÃO EFETIVA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ¹

Weslane de Oliveira Pereira

Discente do curso de Direito, email: wanna_me_escuta@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Ravinny de Sousa Almeida

Discente do curso de Ciências Contábeis, email: Ravinny123456@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Adriana Crispim de Freitas

Mestre docente no curso de Engenharia de Alimentos, email: adrianaufma@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo verificar a aplicabilidade do estatuto da criança e do adolescente prevista na Lei 8.069 de 1990 em uma escola do município de Imperatriz/MA. Para tal análise foram utilizados questionários para coletas de dados visando a realização das atividades a serem desenvolvidas na extensão que consiste em palestras e oficinas aplicadas na referida escola com a participação de alunos, pais, professores e gestores da escola. A pesquisa proporcionará aos envolvidos o conhecimento de que a família, a sociedade e o estado são responsáveis pela guarda e o eficaz funcionamento desta lei. Com isso, mostrando a importância desta união para transformar crianças, tornando-as cidadãos críticos e cientes de seus direitos e deveres para viverem de forma digna, preparados para a vida adulta em sociedade usando o Estatuto da Criança e do Adolescente como ramo do direito especializado.

Palavras-chave: Lei 8.069. Direito. ECA.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil. (VIEGAS, 2014). Apesar da promulgação da lei e da sua consequente previsão legal, o que mais interessa para o direito é se a sua eficácia se dá ou não na realidade. Como trata-se de um ramo do direito especializado, o cuidado com análise da aplicabilidade dessa lei deve ser, assim como em parte geral, salutar. O Brasil, sendo um país subdesenvolvido e emergente, sofre com as mazelas e disparidades sociais, o que consequentemente também afeta crianças e adolescentes.

¹ Resumo com fulcro em projeto de pesquisa realizado pelo grupo Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes.

Desse modo, torna-se essencial identificar até que ponto a lei tem sido fielmente cumprida, bem como os maiores desafios para sua eficácia. A escolha de escola municipal ao invés de outros locais de pesquisa se fundamenta na viabilidade que o ambiente escolar proporciona em detrimento do ambiente doméstico. A escola também pode ser uma ferramenta importante em atividades de extensão, como as que serão realizadas em virtude desta pesquisa. Como assegura Romanowski (2015), o poder público, a sociedade civil, as comunidades e as famílias devem se unir em rede para garantir a construção de uma sociedade mais justa. Protegendo a criança durante o período de formação de sua personalidade.

O objetivo deste estudo perpassa pela identificação do nível de eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente na vida das crianças da escola selecionada, e também da verificação de condições básicas de vida como saúde, educação, segurança, reconhecimento paterno, direito ao lazer, cultura, dignidade, respeito e liberdade. Visto que o objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade (VIEGAS, 2014).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado com a aplicação de questionários com alunos, professores e responsáveis em uma escola pública do município de Imperatriz localizada no Bairro Vilinha da cidade de Imperatriz, a saber, a Escola Municipal Frei Tadeu.

Trabalhamos com os anos escolares 6º, 7º, 8º e 9º, os dados foram devidamente tabulados e analisados para a verificação do nível de eficácia da lei e condições sociais dos alunos. Em contraponto à coleta de dados, também tem sido realizada uma atividade de extensão que consiste em palestras e oficinas por graduandos na referida escola, com a participação de alunos, pais, professores e gestores. Para tanto, tem sido elaborado um folder informativo com os pontos mais relevantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e que será entregue durante os eventos da extensão.

A presente pesquisa é um estudo profundo e sincronizado, uma vez que busca resultados claros, além de obter características pessoais e históricas importantes de uma determinada população ou comunidade. Há também um procedimento bibliográfico, pois, para fundamentar a base de estudos da pesquisa, uma revisão bibliográfica com a leitura e análise de trabalhos, como artigos, dissertações e teses, que forneçam dados atuais e relevantes dentro de literaturas afins, tornam-se fonte indispensável para orientar e dar subsídios importantes para o trabalho.

Este projeto de pesquisa tem caráter exploratório, qualitativo e descritivo, pois proporciona aos pesquisadores um melhor entendimento sobre o problema em questão, sendo isto adequado quando não possuem familiaridade com o fenômeno ou não o compreendem de modo satisfatório, utilizando-se assim de uma proposta descritiva por utilizar-se de questionários e entrevistas para verificar um determinado processo. As “metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais” (MARTINS, 2004, p.292).

RESULTADOS

¹ Resumo com fulcro em projeto de pesquisa realizado pelo grupo Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes.

Os resultados obtidos, com fulcro na realidade das crianças da escola municipal de Imperatriz, nasceram com a aplicação de questionários e a observação participativa para que as condições sociais fossem identificadas de forma transparente e, assim, pudéssemos tecer considerações enfáticas e reflexões acerca da eficácia do ECA nas famílias brasileiras, sobretudo de origem popular.

Na coleta de dados preliminar, através de questionário socioeconômico, pôde-se constatar que 32,55% dos alunos não possuem conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que resulta em uma quantidade significativa. No que tange ao seio familiar, 88% dos entrevistados afirmaram que não convivem com os dois pais, sendo que 66,6% convivem com entre 5 a 6 pessoas na residência. Já no aspecto desportivo, constatou-se que 46,15% não praticam nenhum esporte, e 18,75 não desfrutam de momentos de lazer.

Verifica-se, portanto, a ineficácia do supracitado Estatuto em resguardar os direitos mais essenciais à vida da criança e do adolescente, como por exemplo, o direito à liberdade, ao lazer, à um ambiente familiar propício ao seu desenvolvimento e até mesmo o direito de saber e conhecer seus próprios direitos. É importante ressaltar que a configuração do ECA passou a ser um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro, com propósitos educativo, social, cultural, psicológico e de saúde (ORTH e CONFORTIN, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de eficácia do ECA emerge da própria ausência de conhecimento acerca do Estatuto. A "pedagogia dos direitos e deveres" infanto-juvenis, tem como requisito básico de discussão o Estatuto da Criança e do Adolescente no ambiente escolar. Revela-se, dessa forma, o caráter de formação da escola e do ambiente familiar na construção da personalidade da criança. Tal crescimento se perfaz na própria consciência de direitos e deveres que esta adquire ao longo da vida.

Como salienta GREGÓRIO em seu “Projeto de Extensão: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) NA ESCOLA - Construindo uma educação voltada para a cidadania”, uma educação voltada para cidadania é aquela em que o espaço escolar público seja capaz de formar, através de uma construção coletiva e participativa, sujeitos que conheçam seus direitos e deveres e que saibam reivindicá-los. Essa prática educacional pode ser denominada de “cidadania ativa”. Portanto, é importante que todos cooperem para que a concretude da lei abarque seu objetivo-fim, sem eximir o poder público do seu dever executivo e fiscalizatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. RABELO, Cesar Leandro de Almeida.

¹ Resumo com fulcro em projeto de pesquisa realizado pelo grupo Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes.

Principais considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Acesso em 15 de agosto de 2016. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?artigo_id=10593&n_link=revista_artigos_leitura.

MENDONÇA, Angela. **Política de Atendimento à criança e ao adolescente estabelecida no ECA.** Acesso em 20 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1216>.

ROMANOWSKI, Darlusa. **ECA NA ESCOLA: orientações frente à doutrina de proteção integral na prática de atos de indisciplina e atos infracionais.** Vol.10. Nº21. São Paulo: Revista de Educação do Ideau, 2015.

MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e pesquisa. São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, maio/ago.2004 Acesso em 8 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/df/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>.

ORTH, Mara R. Bispo. CONFORTIN, Andressa. **Ações do ECA em escolas de ensino fundamental.** v.34, n.128. p. 23-38. Erechim: Revista Perspectiva, 2010. Acesso em 01 de setembro de 2016. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_135.pdf.

GREGÓRIO, Jean Carlo Farias. Projeto de Extensão: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) NA ESCOLA - Construindo uma educação voltada para a cidadania. Acesso em 7 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/cdhpb/projetos/eca.html>.

¹ Resumo com fulcro em projeto de pesquisa realizado pelo grupo Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes.

¹ Resumo com fulcro em projeto de pesquisa realizado pelo grupo Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes.